



# Anais da Assembléia

N.º 133

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 29 DE NOVEMBRO DE 1982

ANO VIII

4.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9.ª LEGISLATURA

ATA DA 113.ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 29 DE NOVEMBRO DE 1982

SEGUNDA-FEIRA

Presidência do Sr. Deputado João Mansur, secretariada pelos Srs. Deputados Túlio Zanchet e Paulo Camargo.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: João Mansur, Gilberto Carvalho, Fiori Luiz, Augusto Carneiro, Nilso Sguarezi, Ezequias Losso, Edilson Alencar, Adalberto Daros, Airton Cordeiro, Antônio Cotrim, Antônio Facci, Basílio Zanusso, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cheriegate, Valter Pietrângelo, Deni Schwartz, Egon Pudell, Erondy Silvério, Fabiano Braga Côrtes, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gernote Kirinus, Gilberto Agibert Filho, João Elísio, José Domingos, José Domingos Scarpellini, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Lineu Turra, Luiz Alberto de Oliveira, Mário Celso, Nilton Friedrich, Nelson Buffara, Nestor Baptista, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Renato Bueno, Rosário Pitelli, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Trajano Bastos, Túlio Zanchet, Valduga, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer Wilson Fortes e Romero Filho.

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — Não há expediente a ser lido.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Não havendo oradores inscritos para o Pequeno Expediente e nem para o Grande Expediente, a Mesa consulta às Lideranças dos Partidos se desejam fazer uso do horário que lhes é reservado. (Declinam).

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 175/81, que concede o Título de Cidadão Honorário do Paraná ao "Comendador GIANFRANCO BERTONI".— **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO  
PROJETO DE LEI N.º 175/81

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná  
DECRETA:

Art. 1.º — Fica concedido o Título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Comendador Gianfranco Bertoni.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 24 de novembro de 1982.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO, Presidente;  
RENATO BERNARDI, Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 61/82, (Mensagem n.º 63/82), que cria no Departamento de Trânsito, cargos de provimento em comissões, conforme especifica.— **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO  
PROJETO DE LEI N.º 61/82

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná  
DECRETA.

Art. 1.º Ficam criados, no Departametno de Trânsito, os seguinte cargos de provimento em comissão.

N.º de Cargos	Denominação	Símbolo
06	Assessor	1-C
04	Chefe de Grupo	
	Auxiliar	2-C

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 24 de novembro de 1982.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO, Presidente e Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 112/82, que declara de utilidade pública a entidade denominada "COLABORADORES DO BRASIL ou MISSÃO CO-LAB", com sede e foro em Xambrê.— **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO  
PROJETO DE LEI N.º 112/82

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná  
DECRETA.

Art. 1.º — Fica declarado de utilidade pública a entidade denominada COLABORADORES DO BRASIL ou MISSÃO CO-LAB, com sede e foro no Município e Comarca de Xambrê, neste Estado.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 24 de novembro de 1982.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO, Presidente e Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 116/82, que declara de utilidade pública a "SOCIEDADE AMIGOS DA ILHA DO MEL", com sede na Praia da Enseada da Fortaleza na Ilha do Mel e foro em Paranaguá.— **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO  
PROJETO DE LEI N.º 116/82.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná  
DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a declarar como de utilidade pública a SOCIEDADE AMIGOS DA ILHA DO MEL, com sede na Praia da Enseada da Fortaleza, na Ilha do Mel.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 24 de novembro de 1982.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO, Presidente e Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 117/82, (Mensagem n.º 115/82), que dispõe sobre a concessão anual de auxílio ao Instituto Histórico e Etnográfico Paranaense, na Lei de Meios, na importância de Cr\$ 2.000.000,00 (dois milhões de cruzeiros), com as providências que especifica.— **Aprovado.**

**REDAÇÃO FINAL DO  
PROJETO DE LEI N.º 117/82**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná  
**D E C R E T A .**

Art. 1.º — Para concessão de auxílio ao Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense, a Lei de Meios consignará, anualmente, importância não inferior a Cr\$ 2.000.000,00 (dois milhões de cruzeiros).

Parágrafo único — O valor mínimo previsto neste artigo será reajustado de acordo com o coeficiente de atualização monetária de que trata o art. 2.º da Lei Federal n.º 6.205, de 28 de abril de 1975.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua aprovação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 24 de novembro de 1982.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO, Presidente e Relator.

**REDAÇÃO FINAL** — do Projeto de Lei n.º 121/82, (Mensagem n.º 123/82), que doa ao Município de Guaraniaçu, um lote urbano, conforme especifica. — **Aprovado.**

**REDAÇÃO FINAL DO  
PROJETO DE LEI N.º 121/82**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná  
**D E C R E T A :**

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a doar, ao Município de Guaraniaçu, o lote urbano n.º 17, situado na rua Dautos Barreto, quadra 42, medindo 13,00m de frente, por 37,00m de fundos para um dos lados e 46,50m para outro, com área de 542,72m<sup>2</sup>, objeto da transcrição n.º 1639, às fls. 69, do Livro 3-D, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca.

Art. 2.º — Fica revogado o artigo 3.º, da Lei n.º 6.427, de 17 de julho de 1973.

Art. 3.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 24 de novembro de 1982.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO, Presidente e Relator.

**REDAÇÃO FINAL** — do Projeto de Lei n.º 125/82, que declara de utilidade pública a ASSOCIBRÁS — ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES DO BRASIL, com sede e foro no Município de Curitiba. — **Aprovado.**

**REDAÇÃO FINAL DO**

**PROJETO DE LEI N.º 125/82**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná  
**D E C R E T A :**

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a ASSOCIBRÁS - ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES DO BRASIL, com sede e foro no Município de Curitiba.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 24 de novembro de 1982.

(aj) TADEU LÚCIO MACHADO, Presidente e Relator.

**REDAÇÃO FINAL** — do Projeto de Resolução n.º 49/82 (Mensagem 56/82), que aprova Convênios celebrados entre o Estado do Paraná e o Ministério dos Transportes, os Municípios citados, com a interveniência de Órgão que especifica, objetivando a execução de obras de pavimentação de vias utilizadas pelos transportes públicos em áreas onde residem populações de baixa renda. — **Aprovado.**

**REDAÇÃO FINAL  
DO PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 49/82**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná  
**R E S O L V E .**

Art. 1.º — Ficam aprovados os Convênios celebrados em 10 de fevereiro de 1982, entre o Estado do Paraná, o Ministério dos Transportes e os Municípios de COLOMBO (15/82), MANDIRITUBA (16/82), PONTA GROSSA (17/82), CASCAVEL (18/82), FOZ DO IGUAÇU (19/82), LONDRINA (20/82), MARINGÁ (21/82), PIRAQUARA (22/82), PARANAVAÍ (23/82), QUATRO BARRAS (24/82), RIO BRANCO DO SUL (25/82), SÃO JOSÉ DOS PINHAIS (26/82), ALMIRANTE TAMANDARÉ (27/82), ARAUCÁRIA (28/82), APUCARANA (29/82), CAMPINA GRANDE DO SUL (30/82), CAMPO LARGO (31/82), e UMUARAMA (32/82), com a interveniência da Empresa Brasileira dos Transportes Urbanos, objetivando a execução de obras de pavimentação de vias utilizadas pelos transportes públicos, em áreas onde residem populações de baixa renda.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 24 de novembro de 1982.

(a) TADEU LÚCIO MACHADO — Presidente e Relator

**REDAÇÃO FINAL** — do Projeto de Resolução n.º 50/82, (Mensagem 60/82), que aprova o Convênio de Cooperação Técnica e Financeira n.º 15/81, e seu Termo Aditivo n.º 01/82, celebrados entre o Estado do Paraná e Órgão citado e o Município de PONTA GROSSA, visando aplicação de recursos nas obras do Aeroporto de Sant'Anna. — **Aprovado.**

**REDAÇÃO FINAL  
DO PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 50/82**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná  
**R E S O L V E :**

Art. 1.º — Ficam aprovados o Convênio de Cooperação Técnica e Financeira n.º 15/81, de 30 de dezembro de 1981, e seu Termo Aditivo n.º 01/82, datado de 14 de abril de 1982, celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e o Município de PONTA GROSSA objetivando aplicação de recursos nas obras de capeamento asfáltico e demais serviços complementares, no Aeroporto de Sant'Anna.

Art. 2.º — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 24 de novembro de 1982.

(a) TADEU LÚCIO MACHADO — Presidente e Relator

**REDAÇÃO FINAL** — do Projeto de Resolução n.º 51/82 (Mensagem 59/82), que aprova o Termo Aditivo ao Convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através de Órgão que especifica, objetivando prorrogar por dois (02) meses, contados de 01 de março de 1982, os termos do convênio original. — **Aprovado.**

**REDAÇÃO FINAL  
DO PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 51/82**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná  
**R E S O L V E :**

Art. 1.º — Fica aprovado o Termo Aditivo datado de 01 de março de 1982, ao Convênio celebrado em 30 de abril de 1981, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e a Empresa Brasileira de Planejamento de Transportes — GEIPOT, objetivando prorrogar por dois (02) meses, contados de 01 de março de 1982, os termos do Convênio original.

Art. 2.º — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 24 de novembro de 1982.

(a) TADEU LÚCIO MACHADO — Presidente e Relator

**REDAÇÃO FINAL** — do Projeto de Resolução n.º 52/82 (Mensagem 61/82), que aprova o Convênio n.º 104.18/82, celebrado entre o Estado do Paraná, através de Órgãos que especifica e a Federação Interamericana de Associações de Relações Públicas - FIARP, e outros Órgãos, com a interveniência do Conselho de Comunicação Social do Governo do Paraná, que objetiva a união de esforços das entidades signatárias para apoiarem a constituição e manutenção do Centro Interamericano de Estudos Superiores de Relações Públicas. — **Aprovado.**

**REDAÇÃO FINAL**  
**DO PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 52/82**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**R E S O L V E:**

Art. 1.º — Fica aprovado o Convênio n.º 104.18/82, celebrado em 30 de dezembro de 1981, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Planejamento, da Secretaria de Estado dos Recursos Humanos e da Fundação Instituto de Desenvolvimento de Recursos Humanos do Paraná — FIDEPAR, com a Federação Interamericana de Associações de Relações Públicas - FIARP, a Universidade Federal do Paraná, a Fundação da Universidade Federal do Paraná para o Desenvolvimento da Ciência, da Tecnologia e da Cultura e com a interveniência do Conselho de Comunicação Social do Governo do Paraná, objetivando a união de esforços das entidades signatárias para apoiarem a constituição e manutenção do Centro Interamericano de Estudos Superiores de Relações Públicas.

Art. 2.º — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 24 de novembro de 1982.

(a) TADEU LÚCIO MACHADO — Presidente e Relator

**REDAÇÃO FINAL** — do Projeto de Resolução n.º 53/82, (Mensagem 64/82), que aprova o Termo de Cooperação Técnica e Financeira, firmado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e os Municípios aqui nominados, objetivando conjuntamente à execução do PROGRAMA ESPECIAL PARA MELHORAMENTO DE ESTRADAS MUNICIPAIS PARA ESCOAMENTO DE SAFRAS — PROSAFRAS, no exercício de 1982. — **Aprovado.**

**REDAÇÃO FINAL**  
**DO PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 53/82**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**R E S O L V E:**

Art. 1.º — Fica aprovado o Termo de Cooperação Técnica e Financeira, celebrado em 01 de fevereiro de 1982, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e os Municípios de Abatiá, Alto Paraná, Alto Piquiri, Altônia, Alvorada do Sul, Amaporã, Ampére, Apucarana, Araruna, Assaí, Assis Chateaubriand, Astorga, Atalaia, Bandeirantes, Barbosa Ferraz, Barracão, Barra do Jacaré, Bela Vista do Paraíso, Boa Esperança, Bom Sucesso, Borrazópolis, Cafeara, Califórnia, Cambará, Cambira, Campina da Lagoa, Capanema, Capitão Leônidas Marques, Carlópolis, Cascavel, Catanduvas, Centenário do Sul, Céu Azul, Chopinzinho, Cianorte, Cidade Gaúcha, Clevelândia, Colorado, Congoinhas, Conselheiro Marínck, Coronel Vivida, Cruzeiro do Oeste, Cruzeiro do Sul, Curiúva, Diamante do Norte, Dois Vizinhos, Doutor Camargo, Enéas Marques, Engenheiro Beltrão, Faxinal, Fênix, Florai, Floresta, Flórida, Formosa do Oeste, Francisco Alves, Foz do Iguaçu, Francisco Beltrão, Goioerê, Grandes Rios, Guaíra, Guairaçá, Guapirama, Guaporema, Guaraci, Guaraniaçu, Ibaiti, Icaraíma, Iguaçu, Inácio Martins, Inajá, Indianópolis, Iporã, Iretama, Itagugé, Itambaracá, Itambé, Itapejara do Oeste, Itaúna do Sul, Ivaiporã, Ivatuba, Jaboti, Jacarezinho, Jagua-pitã, Jandaia do Sul, Janiópolis, Japira, Japurá, Jardim Alegre, Jardim Olinda, Jataizinho, Joaquim Távora, Jundiá do Sul, Jussara, Laranjeiras do Sul, Leopólis, Lobato, Londrina, Lupionópolis, Mamborê, Mandaguaçu, Mandaguari, Manoel Ribas,

Marechal Cândido Rondon, Maria Helena, Marialva, Marilândia do Sul, Mariluz, Maringá, Mariópolis, Marmeleiro, Marumbi, Matelândia, Medianeira, Mirador, Mirassolva, Moreira Salles, Nossa Senhora das Graças, Nova Aliança do Ivaí, Nova América da Colina, Nova Aurora, Nova Cantu, Nova Esperança, Nova Fátima, Nova Londrina, Nova Olímpia, Nova Santa Rosa, Ourizona, Paçandu, Palmital, Palotina, Paraíso do Norte, Paranacity, Paranaipoema, Paranaíba, Peabiru, Pérola, Pérola do Oeste, Pinhalão, Pitanga, Planaltina do Paraná, Planalto, Porecatu, Porto Rico, Presidente Castelo Branco, Primeiro de Maio, Quatiguá, Quedas do Iguaçu, Querência do Norte, Quinta do Sol, Rancho Alegre, Renascença, Ribeirão Claro, Ribeirão do Pinhal, Rio Bom, Rolândia, Roncador, Rondon, Sabáudia, Salgado Filho, Salto do Itararé, Salto do Lontra, Santa Amélia, Santana do Itararé, Santa Cecília do Pavão, Santa Cruz do Monte Castelo, Santa Fé, Santa Helena, Santa Inês, Santa Izabel do Ivaí, Santa Izabel do Oeste, Santa Mariana, Santo Antônio da Platina, Santo Antônio do Caiuá, Santo Antônio do Paraíso, Santo Antônio do Sudoeste, Santo Inácio, São Carlos do Ivaí, São Jerônimo da Serra, São João, São João do Caiuá, São João do Ivaí, São Jorge do Ivaí, São Jorge do Oeste, São José da Boa Vista, São Miguel do Iguaçu, São Pedro do Ivaí, São Pedro do Paraná, São Sebastião da Amoreira, São Tomé, Sapopema, Sertaneja, Siqueira Campos, Tamboara, Tapejara, Tapira, Terra Boa, Terra Rica, Terra Roxa, Toledo, Tomazina, Tuneiras do Oeste, Ubatã, Umuarama, Uniflor, Uraí, Vitorino, Wenceslau Braz e Xambrê, objetivando adoção de ação conjunta visando a execução do PROGRAMA ESPECIAL PARA MELHORAMENTO DE SAFRAS — PROSAFRAS, no exercício de 1982.

Art. 2.º — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 24 de novembro de 1982.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO — Presidente e Relator

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 126/82, de autoria do Poder Executivo (Mensagem n.º 127/82) — Proposta Orçamentária que estima a Receita e fixa a Despesa do Estado do Paraná para o Exercício de 1983. Com parecer Favorável da Comissão de Orçamento. — **Aprovado.**

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 109/82, (Mensagem n.º 167/82, ex-Proposição n.º 138/82), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., que aprova o Convênio n.º 02/82, celebrado entre o Estado do Paraná e a Petróleo Brasileiro S/A, o Banco do Estado do Paraná e o Departamento de Estradas de Rodagem, visando o fornecimento de materiais para aplicação em obras de pavimentação do Sistema Viário do Estado do Paraná. — **Aprovado.**

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 59/80, de autoria do Deputado FIDELCINO TOLENTINO, que torna obrigatório o registro diário da análise de leite empacotado vendido no Paraná, vem como sua divulgação, no primeiro dia útil de cada mês, pela Secretaria de Saúde e Bem Estar Social. Com Pareceres Favoráveis da C.C.J. e C.S.P., por unanimidade. — **Aprovado.**

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 71/82, (Mensagem 80/82, ex-Proposição 64/82), oriundo de Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., que aprova o Convênio n.º 08/82 - SETR, celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e o Município de APUCARANA, objetivando aplicação de recursos financeiros na execução de obras de melhoria no aeroporto do referido município. — **Aprovado.**

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 72/82, (Mensagem 81/82, ex-Proposição 65/82), oriundo de Parecer aprovado

por unanimidade da C.C.J., que aprova o Termo de Acordo de Cooperação Técnica e Financeira n.º 11/82 - SETR, celebrado entre o Estado do Paraná, através de Órgão mencionado e o Município de FAXINAL, objetivando a execução de obras de melhoria de acessos rodoviários à cidade. - **Aprovado.**

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 73/82 (Mensagem n.º 82/82, ex-Proposição n.º 66/82), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., que aprova os Termos de Cooperação Técnica e Financeira celebrados entre o Estado do Paraná, através de Órgão citado e os Municípios aqui nominados, objetivando adoção de ação conjunta com vistas à execução do PROGRAMA ESPECIAL PARA MELHORAMENTO DE ESTRADAS INTERMUNICIPAIS PARA ESCOAMENTO DE SAFRAS — PROSAFRAS, no exercício de 1.982. — **Aprovado.**

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 74/82 (Mensagem 83/82, ex-Proposição 67/82), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., que aprova os Convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Interior e os Municípios nominados, visando aplicação de recursos financeiros em obras de controle da erosão urbana nos referidos municípios. — **Aprovado.**

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 75/82 (Mensagem 84/82, ex-Proposição n.º 68/82), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., que aprova os Convênios celebrados entre o Estado do Paraná e os Municípios aqui nominados e que objetiva aplicação de recursos financeiros em obras de controle da erosão urbana nos referidos municípios. — **Aprovado.**

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 76/82, (Mensagem n.º 85/82, ex-Proposição 70/82), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., que aprova o Primeiro Termo Aditivo ao Convênio 152, celebrado entre o Estado do Paraná através de Órgão citado e o Município de MARILUZ, objetivando a execução do PROGRAMA ESPECIAL PARA MELHORAMENTO DE ESTRADAS MUNICIPAIS PARA ESCOAMENTO DE SAFRAS — PROSAFRAS, no exercício de 1982. — **Aprovado.**

DISCUSSÃO ÚNICA — Proposição n.º 111/82, Veto Apos- to ao Projeto de Lei de autoria do Deputado ANTÔNIO FAC- CI, que altera a Lei n.º 6639/72 (Contribuição do Parlamentar para o Fundo de Previdência - FEPPA). Parecer da C.C.J., por unanimidade, dando a matéria como em condições de ser apre- ciada pelo Plenário. —

**PROPOSIÇÃO N.º 111/82**  
**VETO AO PROJETO DE LEI N.º 51/82**

OF. n.º DTL/147/82

Curitiba, 15 de outubro de 1982.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Offício n.º 95/82, dessa Presidência, e de comunicar a Vossa Excelência que, usando das atribuições que confere o Art. 47, inciso III e na conformidade do disposto no § 1.º do Art. 28, ambos da Constituição Estadual, VETEI o Projeto de Lei n.º 51/82, pelas razões em seguida aduzidas:

1. Na verdade, em nosso entendimento, o Projeto de Lei ora submetido a nosso exame não se harmoniza com os pre- ceitos da nossa Constituição, relativamente às atribuições conferidas aos Poderes Legislativo e Executivo.

Efetivamente, o Projeto de Lei em referência envolve aumento de despesa pública, matéria essa da exclusiva compe- tência do Governador, conforme preceitua o art. 25, § 1.º, "b", combinado com o artigo 35, da Constituição Estadual.

O núcleo do Projeto em foco é a elevação, de 7% (sete por cento), para 16% (dezesesseis por cento), da contribuição da As- sembléia Legislativa para o Fundo Estadual de Previdência do Parlamentar - FEPPA.

Logo, majoração de contribuição que redunde em aument- o de despesa pública.

2. Há, ainda, envolvendo aumento de despesa, a nova redação inserta no Projeto, para o artigo 8.º da Lei n.º 6639/74, que manda tomar por base da aposentadoria "o valor dos sub- sídios fixos e variáveis percebidos pelos Deputados".

Ora, a redação em vigor, do art. 8.º, dispõe que a aposen- tadoria será fixada de acordo com os CÁLCULOS ATUARIAIS aprovados pelo Conselho, em que será levada em conta A MÉ- DIA dos subsídios percebidos pelo Deputado nos últimos 12 (doze) meses.

Parece-nos evidente que o cálculo atuarial com base na média dos últimos 12 (doze) meses é mais modesto que o pro- posto na nova redação do artigo 8.º.

3. Dadas as dificuldades da hora atual, qualquer provi- dência envolvendo aumento de despesa deve ser tratada com muita cautela e acurado estudo, em um trabalho comum do Legislativo e do Executivo.

É desse trabalho e dessa colaboração que se espera a so- lução ideal, capaz de atender aos respeitáveis propósitos do Fun- do.

4. Cumpre, ainda, ressaltar que o presente veto se funda também em razões de interesse público (art. 28, § 1.º da Cons- tituição Estadual).

É sabido que qualquer esquema de previdência social se deve reger por cálculos técnicos de natureza atuarial, o que, DATA VÊNIA, não se observa no cálculo de aposentação pre- visto na nova redação do artigo 8.º da Lei n.º 6.639/74.

Tudo isto aconselha um amplo entendimento entre o Legislativo e o Executivo, para se chegar ao ponto ideal em que se concilie a realidade dos recursos do Fundo com as obriga- ções que o mesmo deverá suportar.

5. São essas as considerações que nos levaram, com o de- vido respeito, a vetar o referido Projeto de Lei, que, em anexo, restituo a essa augusta Assembléia Legislativa.

(a) JOSÉ HOSKEN DE NOVAES  
Governador do Estado

**PROJETO DE LEI N.º 51/82**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná  
**D E C R E T A :**

Art. 1.º — O artigo 6.º da Lei n.º 6639/74, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 6.º — .....

a) Contribuição compulsória dos Deputados no valor de 8% (oito por cento) do total dos subsídios, descontada em folha de pagamento.

b) Contribuição da Assembléia Legislativa corresponden- te a 16% (dezesesseis por cento) dos subsídios.

c) Contribuição do aposentado, na razão de 8% (oito por cento) do valor do benefício.

d) .....

e) .....

f) .....

Parágrafo único — .....

Art. 2.º — O artigo 7.º da Lei n.º 6639/74, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 7.º — Todas as Contribuições e rendas serão recolhi- das em instituição bancária estabelecida no Estado".

Art. 3.º — O artigo 8.º da Lei n.º 6639/74, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 8.º — A aposentadoria por tempo de contribuição, consistirá em uma renda mensal, vitalícia, de valor proporcional ao tempo de mandato exercido pelo associado, tomando-se por

base o valor dos subsídios fixos e variáveis percebidos pelo Deputado.

§ 1.º — .....

§ 2.º — .....

§ 3.º — .....

§ 4.º — Ocorrendo a renúncia para efeito de uma das hipóteses do parágrafo 3.º deste artigo, o associado ficará responsável pelo recolhimento das contribuições estabelecidas nas letras "a" e "b" do artigo 6.º.

§ 5.º — O Deputado que exceder 24 (vinte e quatro) anos de efetivo exercício de mandato legislativo estadual, perceberá um adicional em sua aposentadoria de 4% (quatro por cento) por ano excedente."

Art. 4.º — O artigo 9.º da Lei n.º 6639/74, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 9.º — A pensão por invalidez será devida a associado não aposentado que se tornar inválido, total e permanentemente, para o trabalho, consistindo no pagamento mensal e vitalício, de uma renda igual ao benefício da aposentadoria que teria direito.

Parágrafo único — Na hipótese do associado não tiver completado 8 (oito) anos de mandato, perceberá o equivalente à aposentadoria mínima prevista no artigo 4.º desta Lei."

Art. 5.º — Fica revogado o parágrafo único do artigo 10 da Lei n.º 6639/74.

Art. 6.º — O artigo 11 da Lei n.º 6639/74, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 11 — O sócio aposentado que vier a ser investido em mandato eletivo a nível estadual ou federal, remunerado, não perceberá durante o exercício do mandato, o benefício do Fundo.

Parágrafo único — ....."

Art. 7.º — O artigo 12 da Lei n.º 6639/74, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 12 — O Deputado afastado por exercer função pública constitucionalmente compatível com o mandato parlamentar, continuará recolhendo a sua contribuição de acordo com o artigo 6.º, letra "a", cabendo ao órgão onde esteja exercendo a função, o recolhimento de que trata a letra "b" do mesmo artigo."

Art. 8.º — O artigo 18 da Lei n.º 6639/74, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 18 — O Presidente será substituído, nos casos de licença e de vaga, pelo membro mais idoso do Conselho. Nesta segunda hipótese a substituição perdurará até a eleição pelo Conselho, de novo Presidente, para completar o período, dentro de 30 (trinta) dias."

Art. 9.º — O artigo 22 da Lei n.º 6639/74, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 22 — A cada 2 (dois) anos, se procederá o levantamento da situação econômico-financeira do Fundo, mediante cálculos atuariais, a serem realizados por técnicos idôneos, cujas conclusões serão levadas ao conhecimento da Assembleia Geral Ordinária de Associados."

Art. 10 — O artigo 24 da Lei n.º 6639/74, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 24 — Os recursos disponíveis do Fundo deverão ser aplicados pelo Presidente, mediante autorização do Conselho Deliberativo, em inversões rentáveis. É dispensada a autorização para aplicação em Caderneta de Poupança, ou em "Open Market" e "Over Night", estes dois últimos quando por prazo inferior a 30 (trinta) dias.

Parágrafo único — ....."

Art. 11 — O artigo 25 da Lei n.º 6639/74, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 25 — .....

a) .....

b) .....

c) .....

d) .....

e) "Open Market";

f) "Over Night".

Parágrafo único — As operações do Fundo se farão através de sistema bancário-financeiro oficial, legalmente estabelecido no Estado.

Art. 12 — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 14 de setembro de 1982.

(aa) JOÃO MANSUR — Presidente

AUGUSTO CARNEIRO — 1.º Secretário

NILSO SGUAREZI — 2.º Secretário

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer à Proposição-Veto n.º 111/82

VETO aposto ao Projeto de Lei n.º 51/82, de autoria do Deputado ANTÔNIO FACCI, que altera a Lei n.º 6639/74 (contribuição do Parlamentar para o Fundo de Previdência - FEPPA).

Através do Ofício DTL/147/82, datado de 15/10/82, o Senhor Governador do Estado comunica a esta Casa o veto aposto ao referido Plano de Lei.

Vê-se da conferência de datas, que a negativa governamental foi proferida no prazo constitucional.

Dos termos da justificativa, depreendem-se as razões de ordem constitucional e as dificuldades das finanças públicas que determinaram a oposição do veto.

Dado o exposto, está o processo em condições de ser apreciado pelo Plenário desta Assembleia Legislativa.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em

(aa) PAULO CAMARGO — Presidente

WERNER WANDERER — Relator

Em votação a Proposição n.º 111/82. — Aprovada.

O SR. TRAJANO BASTOS — (Pela ordem) Solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa defere e irá proceder a verificação de votação.

(É procedida a verificação).

Cinco Srs. Deputados aprovam, nenhum Sr. Deputado rejeita.

Não há "quorum" para prosseguimento da sessão.

Nestas condições, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para dia 30, terça-feira, à hora regimental, com a seguinte

## ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL — dos Projetos de Lei n.ºs 93, 107, 108, 109 e 119/82, dos Projetos de Resolução n.ºs 62, 63 e 64/82.

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 59/80 e do Projeto de Resolução n.º 109/82.

2.ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução n.ºs 71, 72, 73, 74, 75 e 76/82.

Levanta-se a Sessão.